

A produção das fronteiras nacionais no telejornalismo brasileiro: análise de algumas séries especiais de reportagem sobre as fronteiras do Brasil¹

José Lindomar C. Albuquerque²

Resumo: O artigo analisa três séries de reportagens especiais sobre as fronteiras do Brasil que foram veiculadas nos últimos anos pela Rede Globo e TV Bandeirante. O objetivo do texto é problematizar a centralidade de uma abordagem jornalística que vê as fronteiras como lugares perigosos, desprotegidos e violentos, sendo “portas de entrada” para tráficos que se direcionam para os grandes centros urbanos brasileiros.

Palavras-chave: Fronteiras. Tráfico. Contrabando, fiscalização e imagens.

Abstract: *The article examines three series of special reports on the borders of Brazil that have been aired in recent years by the Rede Globo and TV Bandeirante. The purpose of the paper is to discuss the centrality of a journalistic approach on the borders as dangerous places, unprotected, violent, and “gateways” to trafficking that target the large Brazilian cities.*

Keywords: *Borders. Trafficking. Smuggling, supervision and images.*

1 Parte desse artigo foi publicado com o título As fronteiras nacionais no telejornalismo brasileiro: as séries de reportagens sobre as fronteiras do Brasil no Jornal Nacional, no livro Fronteiras em questão: olhares múltiplos, organizado por Gustavo Villela e Vanessa Bivar, Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2013.

2 Coordenador do Núcleo de Estudos Fronteiriços no Curso de Ciências Sociais, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

1 INTRODUÇÃO

As zonas fronteiriças dos Estados nacionais modernos são vistas geralmente como regiões periféricas. Elas estão localizadas geralmente longe dos principais centros decisórios e, muitas vezes, a maioria dos habitantes de uma determinada nação pouco conhece o que acontece nesses territórios que margeiam o Estado nacional. Entretanto, as áreas fronteiriças são também centros de contatos e disputas com outros países vizinhos (SAHLINS, 2000; GRIMSON, 2000). Lugares onde o poder do Estado geralmente está presente no controle dos fluxos de pessoas e mercadorias, bem como instituições públicas que garantam alguns direitos civis, políticos e sociais para aqueles nacionais que vivem nessas zonas de múltiplos intercâmbios e disputas econômicas, culturais e políticas.

Para além da presença do Estado, a zona de fronteira também alcança centralidade em relação à identidade e à diferença nacionais no cotidiano das pessoas que vivem nesses territórios limítrofes. A todo instante, os indivíduos se nomeiam como brasileiros, argentinos, paraguaios, colombianos, bolivianos nas fronteiras entre o Brasil e os países vizinhos ou portugueses e espanhóis na raia luso-espanhola. Claro que existem múltiplas identidades em jogo, mas há um forte contraste construído nessas formas de identificação nacional (AMANTE, 2007). Todavia, as identidades são firmadas nas relações de alteridades e em suas fricções interétnicas (BARTH, 1998; CARDOSO, 1972) e essas experiências cotidianas com outra língua, outro horário, comida e/ou forma de vestir e modo de se comportar produzem relativizações, desnaturalização da vida social nas comparações com os vizinhos imediatos. Mas também valorações entre melhor e pior, certo e errado, civilizado e selvagem, progresso e atraso, limpo e sujo, ou seja, a produção de múltiplas fronteiras simbólicas.

A outra centralidade diz respeito à maneira como uma região supranacional pode ser pensada nas zonas de fronteiras nacionais. O contato com o outro gera contraste, produz estereótipos, mas também cria vínculos solidários, travessias e experiências compartilhadas em vários âmbitos da vida cultural, social e econômica. O Brasil é geralmente pensado como estando de costas para os demais países da América Latina, uma questão histórica profunda que remete aos processos de colonização diferenciados, à forma de construção do Estado-nação e ao papel das elites políticas e intelectuais nesse processo (CAPELATO, 2000). Frequentemente escutamos falar que os brasileiros conhecem mais a Europa e os Estados Unidos que a América Latina e muitos ficam surpresos quando visitam lugares turísticos dos países vizinhos, como Buenos Aires, Bariloche, Machu Picchu etc.

Entretanto, uma ampla região fronteira do Brasil (áreas limítrofes de onze estados brasileiros) mantém contatos diários com os países vizinhos. A nação brasileira faz fronteira com nove países (Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname), e com o território ultramarino francês da Guiana Francesa. As zonas de contatos com essas nações limítrofes se constituem em territórios específicos de experiências sociais singulares latino-americanas nas margens do Brasil. São áreas de contatos de línguas, de fluxos de mercadorias, imagens, pessoas, narrativas sobre o outro, de diferenças de administrações políticas, de distintas moedas em intensos movimentos de troca daqueles que vivem do diferencial fronteiro. Afinal, viver na fronteira é também viver da fronteira, de um pêndulo permanente dos preços, das áreas de livre comércio e da valorização e desvalorização das moedas. O próprio limite internacional é parte constitutiva dos negócios fronteiriços. A fronteira é permanentemente negociada e instrumentalizada por diferentes agentes fronteiriços em processos e situações sociais específicos que envolvem simbioses e junções entre práticas legais e ilegais, lícitas e ilícitas, formais e informais (TELLES; HIRATA, 2010) dos agentes dos mercados e dos estados nestas regiões de controles, transgressões e transações.

Estas várias dimensões de centralidade das fronteiras não se constituem no centro da análise desse artigo. Em outros trabalhos, já aponte algumas faces da fronteira a partir de trabalhos empíricos específicos (ALBUQUERQUE, 2010, 2012). O que gostaria de discutir são especialmente as imagens televisivas das fronteiras do Brasil como lugares desprotegidos e zonas perigosas de tráfico de drogas, armas, de pessoas e contrabando de diversos produtos. O que analiso é particularmente a centralidade alcançada por uma perspectiva de ver a fronteira como caso de polícia. Muitas vezes, a leitura feita por políticos, jornalistas, policiais e funcionários da Receita Federal tem estabelecido uma relação causal entre as fronteiras “abertas, frágeis e desprotegidas” do Brasil e o aumento da violência e criminalidade nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro (GODOI; CASTRO, 2011). Essa centralidade imagética e discursiva sobre as fronteiras apresenta essas áreas limítrofes do território brasileiro como portas “abertas e escancaradas” de entrada para quase tudo de ruim que acontece no interior da sociedade brasileira.

As fronteiras terrestres do território nacional do Brasil condensam múltiplas imagens, narrativas, práticas e seleções específicas produzidas pelos discursos jornalísticos, políticos e acadêmicos. As fronteiras são produzidas por diversos agentes sociais e estatais e cada produção, seleção e apresentação dessas realidades fronteiriças por esses agentes discursivos, especialmente muitos jornalistas, priorizam determinados recortes, ângulos, abordagens que terminam produzindo sinédoques das fronteiras. O efeito da parte pelo todo tende a construir profundos resultados de naturalização dessa realidade social específica, imaginando as fronteiras como sendo realmente e unicamente lugares perigosos, violentos e abandonados.

Na tentativa de problematizar esses “lugares comuns” sobre as fronteiras do Brasil, selecionei a série de reportagens especiais do Jornal Nacional (Rede Globo) que foi ao ar em 2011, denominada *Fronteiras*; a série de 2008 do mesmo jornal, *Fronteiras da Amazônia*; e a do Jornal da Noite, da TV Bandeirantes, *Frágeis fronteiras* (2008), também sobre a Amazônia. A escolha dessas séries específicas deve-se principalmente ao caráter de serem apresentadas como reportagens de um “jornalismo investigativo” sobre distintas áreas do território fronteiriço e por todas clamarem intervenções do governo brasileiro no sentido de um maior controle sobre estes territórios limítrofes. O diagnóstico de abandono, fragilidade e porosidade excita o tráfico e o crime, sendo necessárias urgentes medidas de combate e proteção às práticas ilegais nesse imenso território. Além de uma série mais geral sobre diversas fronteiras, selecionei duas específicas sobre a Amazônia, produzidas por diferentes telejornais, visto que a Amazônia e suas fronteiras são geralmente representadas como os espaços mais desprotegidos e abertos do território do Brasil. Lugares propícios ao desenvolvimento de múltiplas práticas ilegais e ilícitas, pouco conhecidas pela população que vive nos grandes centros urbanos e que constitui a maioria da audiência desses telejornais. Na pesquisa dessas três séries de reportagens, minha intenção não foi fazer uma análise exaustiva por meio da decupagem de imagens e relatos, mas somente pontuar que recortes, ênfases e perspectivas são construídos sobre as nossas fronteiras e que estereótipos são produzidos e reforçados sobre as cidades fronteiriças e os países vizinhos.

2 IMAGENS E NARRATIVAS DAS FRONTEIRAS DO BRASIL: LUGARES DE CONTRABANDO, TRÁFICO E CRIME

As séries de reportagens especiais foram produzidas pelo Jornal Nacional³ desde 1996 e se apresentam como um jornalismo audiovisual “investigativo e interpretativo”. Por meio de uma longa reportagem, muitas vezes com base numa expedição ou várias viagens a lugares e situações específicas, os jornalistas aprofundam e interpretam um determinado tema político, econômico, social ou cultural contemporâneo, distanciando-se de um simples “jornalismo informativo”. Essas longas reportagens costumam ser divididas em episódios de cinco ou seis reportagens exibidas durante toda uma semana. Outros telejornais de canais televisivos diferentes também têm adotado esse padrão hegemônico de produção dessas séries.

Essas reportagens no jornalismo televisivo têm a pretensão de uma espécie de reprodução da realidade, algo próximo à abordagem realista e naturalista do cinema documentário (NICHOLS, 2005; DA-RIN, 2006). O próprio formato dessas reportagens e a sincronia entre imagem e relato criam essa ideia de uma verdade dos fatos. Três componentes técnicos básicos formam a estrutura dessas reportagens: uma voz em *off*, geralmente do jornalista principal,

³ O Jornal Nacional é o telejornal brasileiro de maior audiência e que construiu um padrão hegemônico do jornalismo brasileiro e dessas próprias reportagens especiais.

e a montagem de uma seleção de imagens que estabelecem conexões com a narrativa; *sonoras*, isto é, trechos de entrevistas a diferentes pessoas que vivenciam aquela situação que está sendo abordada; e a *passagem*, que significa a presença do jornalista principal em cena, uma espécie de testemunha ocular da história, garantindo uma maior veracidade ao fato narrado. O repórter em cena pode aparecer no início, meio e/ou fim de cada episódio (COSTA, 2005). Minha perspectiva é pensar essas reportagens mais como uma apresentação, seleção e produção da realidade do que uma reprodução, evitando uma perspectiva de objetivação do real ao destacar os mecanismos de construção e mediação da realidade social operado por estes jornalistas. Meu objetivo é perceber esses repórteres investigativos como produtores de fronteiras, ou seja, construtores de determinadas imagens sobre as zonas, cidades e países fronteiriços.

A série *Fronteiras*, do Jornal Nacional, foi transmitida de 30 de maio a 6 de junho de 2011. Os âncoras desse telejornal, William Bonner e Fátima Bernardes, anunciaram, antes de começar a primeira reportagem da série, que se tratava de um trabalho investigativo de três jornalistas (César Tralli, Robson Cerântulo e Fernando Ferro), que durante 45 dias tinham percorrido milhares de quilômetros de fronteiras e visto cenas que se repetiam, como abandono e pouca fiscalização dos postos da Receita Federal, tráficos de drogas, armas e de pessoas, roubos de rebanhos e contrabando de mercadorias em nossas fronteiras abertas. A série de 2011 foi produzida no mesmo período em que o sindicato dos analistas tributários da Receita Federal (Sindireceita) tinha publicado o livro *Fronteiras abertas*, um texto de denúncia sobre o abandono de nossas fronteiras terrestres, a pouca fiscalização dos 31 postos da Receita Federal espalhados por quase 17 mil quilômetros de fronteiras e a importância de contratar mais funcionários para todos esses postos fronteiriços (GODOI; CASTRO, 2011).

As seis reportagens estavam centradas nos temas do “contrabando” de eletrônicos e cigarros na fronteira Paraguai/Brasil, de agrotóxicos na fronteira Uruguai/Brasil e de gasolina na fronteira entre o Peru/Brasil. Também destacam o “tráfico” de armas, maconha e cocaína na fronteira Paraguai/Brasil, Bolívia/Brasil e Colômbia/Brasil e o roubo de rebanhos. As reportagens ainda focaram a questão do “tráfico” de pessoas e prostituição de adolescentes brasileiras na região entre Corumbá-Puerto Quijarro (fronteira Brasil/Bolívia), o envolvimento de crianças indígenas na passagem da maconha na fronteira Paraguai/Brasil e a ameaça dos traficantes aos juízes que denunciam estes desmandos nas zonas fronteiriças.

A primeira imagem, que se repete em todos os dias de exibição da série - uma espécie de vinheta, apresenta um mapa do Brasil destacando toda a fronteira terrestre com os países vizinhos em uma linha vermelha. Essa linha vermelha indica provavelmente o perigo, a ameaça e o medo que essa região fronteiriça representa para a sociedade brasileira se não for devidamente controlada. Na sequência, começam as imagens de apreensões pela Polícia Federal do “contrabando” vindo do Paraguai.

“Muambas”, cigarros, cocaína, armas e as ações das polícias em postos de estradas já distantes dos limites internacionais são cenas que se repetem ao longo das reportagens. Carros desmanchados e as descobertas de inúmeros pacotes de maconha e cocaína, milhares de motos que transportam armas ilegais apreendidas no pátio da Polícia Federal em Foz do Iguaçu e as facilidades das travessias (atalhos, estradas vicinais ou “cabriteiras”, postos abandonados ou com pouco efetivo) explicitam um conjunto de imagens e relatos do que são as fronteiras brasileiras: abertas, escancaradas, desprotegidas, desguarnecidas e “passagens fáceis para criminosos de dez países”, como anuncia o título da primeira reportagem.

Ao longo da série, os relatos e as imagens vão construindo determinadas “realidades” de várias cidades fronteiriças por onde os repórteres andaram. As cidades entre Brasil e Paraguai – Foz do Iguaçu-Cidade do Leste; Amambai-Capitão Bado; Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, cidades brasileiras na fronteira com a Bolívia – Corumbá e Cáceres, e os núcleos urbanos da tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru – Tabatinga, Letícia e Santa Rosa.

Em Cidade do Leste, os destaques foram para as “lojas de armas, 32 só na fronteira com o Paraná, pistolas automáticas de grande precisão, as mesmas usadas no Brasil para assaltar e matar” e as travessias clandestinas das armas no “movimento frenético de 30 motos por minuto” pela Ponte da Amizade. Capitão Bado é narrada como “uma das cidades mais violentas que fazem fronteira com o Brasil”, lugar do esconderijo do traficante Fernandinho Beira Mar. Já a fronteira entre as cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é vista como “mais um perigoso corredor do crime. É praticamente impossível saber onde uma cidade termina e a outra começa em outro país”.

A partir das seleções de imagens e textos dessas três zonas urbanas da fronteira Paraguai-Brasil, podemos perceber a maneira como são construídas e reforçadas as imagens do Paraguai como o lugar perigoso do crime organizado, do tráfico de armas, drogas e especialmente como país da falsificação, imagem tão cotidiana e tão divulgada em todo o Brasil em que falsificação já se tornou sinônimo de Paraguai (RABOSSI, 2010).

A cidade de Corumbá, por sua vez, na fronteira entre Mato Grosso do Sul (BR) e Puerto Quijarro (BO) foi apresentada como “uma das mais perigosas portas de entrada de cocaína e muamba”. O repórter destaca a facilidade de entrar no Brasil através de um atalho. Compra três quilos de açúcar no comércio de Puerto Quijarro e entra facilmente sem nenhuma fiscalização. O relato continua com a própria presença do jornalista em cena: “se fossem três quilos de cocaína nós já teríamos ingressado em território brasileiro”. Além da rota de cocaína boliviana em Corumbá, a reportagem ressalta a cidade como um lugar propício para o tráfico de pessoas, especialmente adolescentes e crianças para a prostituição do lado boliviano.

Com uma voz em *off*, enquanto passam imagens escuras de garotas prostitutas, o repórter relata: “entre os crimes de ‘tipo exportação’, ou seja, do Brasil para fora, também está o tráfico de mulheres para exploração sexual. Em Corumbá, o crime organizado controla redes de prostituição”. A reportagem continua acentuando que as “jovens são aliciadas a vender o corpo dos dois lados da fronteira”. A notícia termina acentuando a fronteira como um lugar perigoso e ameaçador, com imagens da aflição de uma mãe que teve sua filha prostituída na Bolívia, “para essa família de Corumbá, ter a fronteira perto de casa é uma agonia sem fim”.

A cidade de Cárceres, na fronteira entre o Mato Grosso e a Bolívia, também foi descrita de uma maneira muito semelhante: “a região de Cárceres aqui no Mato Grosso é uma das principais portas de entrada hoje de toda cocaína que é produzida lá na Bolívia e abastece o tráfico no Rio, em São Paulo e outras capitais brasileiras”. A ideia é sempre que a ameaça de nossas fronteiras obedece a uma via de mão única, ou seja, são traficantes que penetram mercadorias ilícitas no Brasil e contaminam a sociedade brasileira com drogas, armas e aumento da criminalidade. Todas as redes de relações entre o Brasil e os países vizinhos no tocante ao próprio tráfico de drogas não são reveladas e o que geralmente aparece é um fenômeno unilateral, de fora para dentro. Somente as problemáticas do tráfico de pessoas e dos roubos de rebanhos aparecem como fenômenos de “exportação”, mas ainda comandados por ladrões e aliciadores de menores que vêm dos países vizinhos.

A última zona urbana visitada pela reportagem já se encontra na Amazônia, trata-se da área fronteiriça entre as cidades de Tabatinga (BR), Letícia (CO) e Santa Rosa (PER). A reportagem começa com imagens de cemitério, cruzes e coroa de flores e com um relato em *off* do jornalista afirmando que “o preço da fronteira aberta entre Tabatinga e Letícia, na Colômbia, muitas vezes é pago com a própria vida”. A ênfase é dada nos crimes sem punição nessa área e as influências do narcotráfico e dos matadores de aluguel. Tabatinga seria “um pedaço da Amazônia manchado pela violência dos cartéis da cocaína, execuções a tiro, crimes sob encomenda, a maior parte dos assassinatos aqui em Tabatinga é cometida pelos matadores de aluguel, que raramente são presos pela facilidade que eles têm de fugir para a Colômbia”.

As reportagens também destacam o “contrabando” de gasolina entre Santa Rosa, no Peru, e a cidade de Tabatinga. O preço mais baixo da gasolina atrai uma clientela de brasileiros que movimentam milhares de barcos na travessia do rio:

O rio mais agitado que muitas avenidas de cidade grande. O combustível que movimenta Tabatinga, no Amazonas, é a gasolina peruana contrabandeada. Basta atravessar o Solimões. Tanques a céu aberto em postos improvisados. 90% da clientela são de brasileiros atraídos pelo preço baixo.

Em todas essas zonas urbanas e também rurais visitadas, percebemos uma imagem constante que esses repórteres constroem sobre nossas fronteiras: terra sem lei, terra de ninguém, território do crime e de muitas redes de ilegalidades. Nessa terra sem lei, juízes são ameaçados, índios são reféns do tráfico e policiais são corrompidos por meio de pagamento de propinas, permitindo a entrada de “muambas” e produtos ilícitos no Brasil.

A narrativa jornalística geralmente não distingue os significados específicos dos termos descaminho, contrabando e tráfico. Essas palavras muitas vezes aparecem como sinônimas e com uma carga semântica negativa, como crimes de mesma ordem que precisam ser punidos e controlados. Gasolina “contrabandeada”, cigarros falsificados, produtos eletrônicos sem nota fiscal, tráfico de armas e drogas são apresentados como crimes fronteiriços e como “combustíveis” para o aumento da criminalidade e violência nos centros urbanos brasileiros. É importante ter clareza sobre algumas diferenças importantes, evitando uma criminalização generalizada das práticas sociais fronteiriças. O descaminho de eletrônicos, perfumes, brinquedos, roupas etc. é um crime somente contra as receitas do Estado brasileiro na entrada de produtos sem o pagamento de tributos. São produtos ilegais sob esse ponto de vista, mas não são ilícitos ou proibidos e nem são vistos socialmente como condenáveis pela maioria da sociedade brasileira. Desde uma perspectiva jurídica, o descaminho é uma atividade fraudulenta de importação e exportação de mercadorias que se caracteriza pela circulação clandestina de bens de um lado ao outro da fronteira sem o pagamento de impostos ao Estado nacional. Desse modo, pode ser entendido como “crime contra o Estado e não contra a propriedade dos indivíduos” (GODINHO, 2009, p. 32). Entretanto, desde o ponto de vista das relações sociais e das representações simbólicas, o descaminho adquire múltiplos sentidos para as pessoas que vivem e circulam pelas fronteiras.

O contrabando de agrotóxicos na fronteira entre o Uruguai e Brasil e de cigarros falsificados entre o Paraguai e o Brasil, por sua vez, são proibidos em território brasileiro. Esse estado de ilegalidade e proibição, em termos de saúde pública ou moralidade, de circulação de determinado produto em um dos lados de uma fronteira internacional se caracterizaria, conforme o código penal brasileiro, como um crime de contrabando. Embora a legislação brasileira faça essa diferenciação, a linguagem cotidiana e também jornalística geralmente não apresenta distinção entre a prática do descaminho e do contrabando (CARDIN, 2012). Já o tráfico de armas e de drogas podem ser vistos como tipos específicos de contrabando, e que contam com penalidades específicas. São geralmente apresentados como mercadorias ilegais e ilícitas. Embora existam situações de

circuitos fronteiriços, onde essas várias mercadorias se misturam, o que temos visto é que algumas vezes essas formas de práticas ilegais por nossas fronteiras aparecem separadas em suas operações e agentes, sendo importante pontuar essas diferenças nas reportagens jornalísticas e na ênfase de fiscalização nas regiões fronteiriças. A prática do descaminho, por exemplo, é a forma de sobrevivência e de ganho de muitos trabalhadores, compradores e vendedores que vivem na/da fronteira e que não pode ser criminalizada na mesma ordem semântica do tráfico de armas, drogas e pessoas.

A produção de leis e operações estatais de controles nas fronteiras sempre produzem suas sombras, margens e brechas para variadas formas de gestão diferencial de ilegalismos (TELLES, 2009; RABOSI, 2008). Controles e passagens, limites e intercâmbios são dois lados de uma mesma moeda fronteiriça em que se realizam muitas negociações da própria fronteira. Os agentes estatais controlam, permitem, toleram, recebem propinas de diferentes agentes sociais nos postos de controle e estes agentes do descaminho e contrabando inventam permanentemente novos trajetos e percursos diante da intensificação e rigidez das leis e operações de controle fronteiriço. A polaridade simplificadora entre a negativa ausência de controle das fronteiras e a positiva solução dada por mais controle e fiscalização não dá conta da complexa e heterogênea realidade fronteiriça, definida permanentemente por seus dinamismos, paradoxos e ambivalências.

De uma maneira mais geral, podemos dizer que contrabando e descaminho são elementos constitutivos das fronteiras, assim como os postos de fiscalização e o estabelecimento de barreiras alfandegárias. A palavra contrabando significa ir contra o bando (mandato, edito, lei de cobrança de impostos) e está presente desde a origem do estabelecimento moderno das fronteiras nacionais (GARCÍA, 2009; ROVISCO, 2009). E ao longo da história moderna, o fortalecimento de mecanismos de controles fronteiriços tem gerado sempre formas mais sofisticadas de determinados agentes fronteiriços fugirem a esses controles. No caso específico das reportagens aqui analisadas, os traficantes desenvolvem cada vez mais um conhecimento tático de nossas fronteiras e as operações militares não conseguem acompanhar os movimentos do tráfico, como afirma um delegado do Mato Grosso do Sul: “a estrutura que eles têm é muito grande. Então eles têm batedor, olheiros, sistema de comunicação, eles usam todas as formas para passar”. Por outro lado, o Exército, a Polícia Federal e a Receita Federal reclamam de falta de recursos, de efetivos e de infraestrutura para atuar efetivamente no controle dessas zonas de fronteiras. E isso é uma das dimensões do sentido paradoxal das fronteiras nacionais.

3 VISÕES DAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: VULNERABILIDADE E REDES DE ILEGALIDADES

Se o conjunto das fronteiras brasileiras é apresentado nessa série de reportagens como terra sem lei e sem controle, as fronteiras da Amazônia seriam a demonstração mais efetiva da falta de limites físicos, morais e legais entre o Brasil e os países vizinhos, facilitando todo tipo de abuso e crime. Ainda na série *Fronteiras*, especialmente nas reportagens sobre a região de Tabatinga, aparecem algumas representações sobre a selva amazônica. Nas palavras de César Tralli: “onze mil quilômetros de fronteiras amazônicas, garimpos clandestinos, extração ilegal de madeira, biopirataria e tráfico de drogas” ou ainda “na selva do crime, na selva de fato, quem luta contra fronteiras escancaradas não vive de ilusões, vive um dia após o outro”.

As fronteiras específicas da Amazônia com os países vizinhos foram objetos de uma série de reportagens do próprio Jornal Nacional e do Jornal da Noite, da TV Bandeirantes. Essas séries produzem e reforçam ideias, imagens e narrativas que muitos brasileiros situados nos grandes centros urbanos têm de nossas fronteiras do Norte, dos países vizinhos e sobre a vastidão desconhecida da Amazônia.

Na série de reportagens sobre *As fronteiras da Amazônia*, do Jornal Nacional, exibida entre os dias 10 a 14 de novembro de 2008, os jornalistas percorreram as fronteiras com as Guianas (Guiana e Guiana Francesa), não abordadas na série mais recente, e também se deslocam para as regiões da fronteira entre Venezuela e Brasil e a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Na primeira reportagem, os âncoras do jornal destacam que “Cristina Serra e Luiz Quilião percorreram milhares de quilômetros para mostrar o dia a dia de brasileiros que estão com um pé no estrangeiro e a rede de ilegalidades que desafia autoridades aqui e lá fora. A viagem começa onde começa, também, o Brasil”.

A referência aqui é a cidade de Oiapoque, considerada para muitos brasileiros como a última cidade no extremo norte do Brasil, divisa com a Guiana Francesa, território ultramarino da França na América do Sul. Oiapoque está presente no bordão nacionalista sobre o tamanho e a grandeza do Brasil, do “Oiapoque ao Chuí”⁴. Dependendo do ponto de vista pode ser visto como o fim ou o começo do território nacional.

⁴ O ponto mais extremo no norte do Brasil seria o Monte Caburaí, em Roraima, o bordão nacionalista deveria mudar para de “Caburaí ao Chuí”. Entretanto, a maioria dos brasileiros continua tendo simbolicamente como ponto extremo na dimensão norte-sul Oiapoque e Chuí.

Na sequência da matéria, depois de destacar todo o trajeto de estradas e pontes inacabadas entre Macapá e Oiapoque, a jornalista apresenta então a pequena cidade de Oiapoque: “a cidade, com 19 mil habitantes, tem um jeitão de faroeste. Tudo gira em torno do ouro e do euro”. A reportagem então se centra na imigração ilegal de brasileiros para os garimpos clandestinos no interior da Guiana Francesa. O episódio da série apresenta alguns relatos de garimpeiros que são expulsos e voltam novamente ao território francês, a quantidade que ganham por mês e a certeza da possibilidade de perderem tudo a todo instante, pois sabem que estão em situação ilegal e praticando uma atividade clandestina no país vizinho. A notícia também destaca os controles da *gerdamerie*, polícia francesa, a este tipo de imigração e de extração ilegal dos recursos naturais, bem como a rede de informações entre os garimpos e a cidade de Oiapoque e o processo de legalização desse ouro extraído e negociado nas bolsas de valores.

Já na reportagem sobre a fronteira entre a Guiana e o Brasil, entre a cidade de Bonfim (BR) e Lethem (GU), o destaque é para o comércio fronteiriço e para a maneira como os comerciantes locais usam e vivem da fronteira. Esse limite internacional está somente a 120 quilômetros de Boa Vista, capital de Roraima. Na sequência da narrativa e da seleção de imagens, a jornalista descreve brevemente a pequena cidade brasileira de Bonfim, com cerca de 10 mil habitantes, e atravessa a fronteira de barco⁵ em direção à cidade de Lethem, onde o idioma diário é o inglês. Assim apresenta esta cidade:

[C]hegamos a Lethem, na Guiana. Para visitar a fronteira, não é preciso carimbar o passaporte. A cidade, de paisagem desértica, parece adormecida ao sol do meio-dia. Os carros são guiados do lado direito, é a mão inglesa, herança dos colonizadores.

A reportagem destaca as atividades comerciais de brasileiros em Lethem, como o caso da família de seu Jair Magalhães, que tinha um comércio em Bonfim, veio à falência e reabriu um negócio em terras estrangeiras. Para o senhor Jair, a fronteira é um instrumento de fácil mudança de um lado para o outro, conforme o movimento dos negócios, quando está ruim de um lado pode se migrar para o outro, pois para ele “fronteira é assim, não é? Onde não está bom de um lado, a gente corre para o outro porque fronteiras sempre são falsas”. Paradoxalmente são “falsas” e “verdadeiras”, pois são justamente os limites diferenciados que alimentam o próprio comércio fronteiriço.

A outra matéria da série se centra na fronteira entre Brasil e Venezuela, a região entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén, também abordada na série do Jornal da Noite. O destaque aqui é para o contrabando de gasolina e as propinas pagas aos soldados na aduana venezuelana. Cristina Serra descreve Pacaraima como um:

⁵ Atualmente já foi inaugurada a ponte sobre o rio que divide os dois países e tem intensificado o comércio fronteiriço na cidade de Lethem.

“pouco mais que um povoado à beira da estrada e com forte influência do que acontece no país vizinho. Já na chegada, os cambistas abordam os visitantes, oferecendo a troca de reais pela moeda venezuelana, o bolívar. O câmbio, sem nenhum registro, é feito na rua, à vista de todos”.

Já Santa Elena é descrita como uma área de livre comércio que atrai o turismo de compras e destaca a facilidade do manejo das moedas brasileira e venezuelana no comércio local. A ênfase de toda a reportagem foi no comércio clandestino de gasolina com o Brasil, a adulteração dos tanques dos carros, as inúmeras viagens que alguns motoristas fazem durante um dia para a Venezuela, os lugares clandestinos de armazenamento da gasolina, inclusive em áreas indígenas.

Na reportagem da série da TV Bandeirante, *Frágeis fronteiras*, o repórter Fábio Panunzio esteve também nessa mesma região e denunciou o “contrabando” de gasolina. A cidade brasileira de Pacaraima (BR) e Santa Helena de Uairén (VEZ), foram “batizadas” pelo jornalista respectivamente como “a capital do conflito entre índios e brancos” (referência à Raposa Serra do Sol, em 2008) e a “capital bolivariana da picaretagem”, devido ao descaminho de gasolina e as propinas que os motoristas têm que pagar nos postos de fronteiras para funcionários venezuelanos. O repórter conclui culpando o exército e o governo do país vizinho e fazendo uma comparação depreciativa com o Paraguai que, em nenhum momento, apareceu na reportagem:

Quem toma conta do porto é o exército do coronel Hugo Chávez, que em matéria de falta de compostura consegue suplantar até o exército paraguaio.

Nessa questão específica sobre o denominado “contrabando” de gasolina e do comércio fronteiriço em Lethem (Guiana), torna-se relevante pensar a fronteira como recurso e sistema de complementaridade, ou seja, muitas pessoas ganham a vida ou aumentam suas rendas pela simples existência de uma fronteira nacional (VALCUENDE DEL RÍO, 2008). Vivem do diferencial fronteiriço. Se a gasolina, a comida, as bebidas, os produtos eletrônicos estão mais baratos do outro lado da fronteira ou se uma das moedas nacionais está mais ou menos valorizada, as pessoas se deslocam e vão comprar do outro lado e aproveitam para economizar parte de seus ganhos. Outros vão viver justamente desse comércio, comprando mais barato de um lado e revendendo do outro lado, como o caso dos “sacoleiros” e os vendedores de gasolinas na fronteira Brasil/Peru e Brasil/Venezuela. Algumas dessas zonas fronteiriças têm-se constituído em áreas de livre comércio, com isenções ou diminuição de impostos, o que também ajuda a movimentar as economias fronteiriças.

Ademais, o caso específico do descaminho e das propinas aos policiais de fronteira também são alimentados por uma lógica do lucro. O não pagamento de impostos na fronteira barateia a mercadoria e pode aumentar o lucro no contexto da venda do outro lado do limite internacional. Além disso, o pagamento de propinas funciona, por um lado, como um aumento dos ganhos dos guardas fronteiriços, por outro, com uma garantia de uma travessia segura, ou seja, sem grandes riscos de perder o capital investido em mercadorias. São “mercadorias políticas” (MISSE, 2007, 2002) produzidas no posto e ponto de encontro entre agentes estatais, responsáveis pela fiscalização, e os agentes sociais que aquecem o comércio fronteiriço. Estes agentes sociais e estatais estabelecem os seus cálculos e suas cumplicidades de ganhos extras neste mercado de fronteiras que envolvem sentidos específicos de gestão desses ilegalismos como parte do investimento e lucro no circuito das mercadorias “clandestinas”. As zonas de fronteiras produzem relações complexas entre a economia capitalista, o Estado moderno e as redes de economias subterrâneas operadas por diversos agentes fronteiriços. As fronteiras nacionais produzem liminaridades entre essas esferas sociais e desenvolvem diversos arranjos entre economia formal e informal, os produtos lícitos e ilícitos (TELLES, 2009).

A série do *Jornal da Noite* abordou também a zona de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas. Essa região é narrada como “a última fronteira urbana da Amazônia”, o destaque foi para a entrada sem controle de estrangeiros na Amazônia, a partir de um exemplo de um grupo de jovens que foram no mesmo voo do repórter entre Manaus e São Gabriel. Nem exército, nem Funai, nem outras entidades indígenas sabiam da chegada e nem do destino desses estrangeiros. A reportagem então ressalva a falta de controle de nossas fronteiras amazônicas na entrada de estrangeiros e destaca o papel de cerca de 100 mil ONGs atuando na Amazônia e inúmeras igrejas evangélicas que atraem esses estrangeiros para o território brasileiro. Essa reportagem também retrata as rotas de tráficos, a precária fiscalização terrestre e fluvial e os depoimentos de soldados falando sobre os voos noturnos entre a Colômbia e o Brasil, cerca de oito voos por noite. A partir dessas falas, o repórter estabelece então as relações entre tráfico de drogas, garimpos ilegais na Amazônia e a guerrilha colombiana – Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Essas séries específicas sobre as fronteiras da Amazônia destes dois canais televisivos denunciam diversas práticas de ilegalidades relativas ao contrabando, garimpos clandestinos, tráficos de drogas, entrada sem controle de estrangeiros etc. Novamente é enfatizada a imagem da fronteira como terra sem lei, como afirma o jornalista Fábio Panunzio, “na terra de ninguém que se transformou a fronteira Norte, de um lado é inferno e do outro também”.

Esses repórteres apresentam uma Amazônia imensa e porosa, especialmente a série do Jornal da Noite destaca o tamanho da Amazônia, já no início da primeira reportagem: “3.870.000 km², sete vezes o território da França, 25 mil quilômetros de rios navegáveis, 11.500 quilômetros de fronteiras. Esta é a Amazônia brasileira, um território poroso e selvagem e ao mesmo tempo inóspito e frágil, mas sobretudo muito vulnerável”. E na última reportagem, o jornalista Fábio Panunzio conclui com uma espécie de alerta:

Durante essa semana você conheceu alguns aspectos de uma Amazônia frágil, vulnerável e muito mal tratada. Uma vastidão de terras ao mesmo tempo cobiçada e abandonada. E de tanta cobiça e tanto abandono o povo brasileiro pode acabar perdendo. Se o país não demonstrar competência para cuidar do que ainda é seu, logo, logo outros vão se apresentar para a tarefa.

Em todas essas reportagens de denúncia, as fronteiras aparecem como lugares perigosos e portas de entrada de tráfico de armas e drogas e “contrabando” de eletrônicos, agrotóxicos e ouro. As notícias clamam por mais controle e explicitam violências locais e seus trânsitos para os centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. Acho importante problematizarmos o raciocínio de causa e efeito entre a entrada de drogas por nossas fronteiras terrestres e o aumento da criminalidade e violência nos grandes centros urbanos, como aparece nas perguntas feitas logo no início da introdução do livro *Fronteiras abertas*:

Como a cocaína, a maconha e o crack que hoje podem ser encontradas em qualquer cidade brasileira chega a seu destino e como armas de uso exclusivo das Forças Armadas chegam até as mãos de marginais nos centros urbanos que estão a milhares de quilômetros das fábricas onde são produzidas? Qual a rota usada para o transporte de mercadorias contrabandeadas e produtos piratas que abastecem mercados populares em todas as cidades brasileiras? (GODOI; CASTRO, 2011, p. 4)

Às vezes, passa a ideia de que o Brasil é um corpo saudável que está sendo contaminado pela produção de drogas e tráfico de armas dos países vizinhos. Nessa metáfora, a fronteira seria como a pele ou a membrana plasmática que deixa passar as impurezas do exterior e contamina os órgãos principais do corpo (os grandes centros urbanos). Tudo vem de fora e por terra, como afirma um dos autores do livro *Fronteiras abertas*, Sérgio Castro, “neste momento, onde se fala no Rio de Janeiro por onde entra isso. Ali no livro tem a resposta. Entra por algum lugar. Isso não cai do céu, nem brota do chão, vem por terra, não pelo ar, não pelo mar”.

Não conheço os dados que demonstrem a relação direta entre aumento de criminalidade nos centros urbanos e a abertura de nossas fronteiras terrestres ao tráfico de ilícitos e contrabando. O que sabemos, também através de inúmeras reportagens e por relatórios policiais, é que drogas como a maconha brotam no solo brasileiro, como no famoso “Polígono da maconha”, e que brasileiros atuam em “mão dupla” no processo de refinamento da cocaína e na produção do *crack*. Por um lado, exportando produtos químicos para os laboratórios clandestinos dos países vizinhos através de nossas fronteiras (éter, acetona e derivados), bem como traficando a pasta-base da cocaína e produzindo cocaína e *crack* em território brasileiro. Além disso, as rotas internacionais do tráfico são por terra, ar e mar e que o tráfico de armas acontece também dentro do território nacional e nas redes de ilegalidades entre policiais e bandidos.

As fronteiras terrestres brasileiras são extremamente diversas em seus vários trajetos. Não podem ser homogeneizadas em um discurso e recorte de práticas de violência, tráfico e contrabando. Há sinais verdes, amarelos e vermelhos nos trânsitos de mercadorias e pessoas por nossos limites internacionais e a imprensa brasileira precisa observar também as outras cores. Atravessar os limites e ver com mais cautela essas regiões na perspectiva dos moradores que vivem dos dois ou três lados dos limites internacionais e têm muitas histórias diversas para contar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornalistas constroem imagens e narrativas sobre as fronteiras nacionais nessas reportagens de denúncia e que buscam sensibilizar a opinião pública e o governo por mais medidas de intervenção e controle. Não são construtores de fantasias e fabulações sobre essas regiões. Tudo o que está sendo narrado e filmado nessas reportagens são práticas existentes em nossas fronteiras e que merecem atenção especial dos governos federais, estaduais e municipais não somente em políticas de fiscalização, mas especialmente no desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento local e de garantia de direitos sociais para as populações que vivem e transitam por essas áreas singulares do território nacional. O que considero relevante é a importância de não generalizarmos e acharmos que nas fronteiras nacionais só existe contrabando, tráfico e violência, bem como não criminalizarmos de maneira homogênea os trânsitos fronteiriços como algo ilegal, imoral e ilícito.

Essas reportagens não somente informam e denunciam crimes e desmandos fronteiriços, produzem também efeitos na realidade. São também produtoras de novos controles estatais em lugares filmados como “não fiscalizados” e, por revelarem determinados “esquemas de fronteiras” das diversas travessias ilegais, geram também novos arranjos e novas práticas de descaminho e contrabando.

É importante frisar que, em algumas reportagens, especialmente na série *Fronteiras da Amazônia*, os repórteres Cristina Serra e Luiz Quilião abordaram outras imagens e narrativas sobre as fronteiras, para além do recorrente contrabando e tráfico fronteiriço com forte apelo criminal. Esses jornalistas destacam, ao longo das reportagens, a possibilidade de viver da diferença de preço na região de fronteira e alguns encontros, trocas e casamentos fronteiriços. Como afirma Cristina Serra sobre a fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil, a “vida neste pedaço da fronteira não se resume a casos de polícia”. A repórter destaca os casais binacionais que existem na pacata cidade de *Saint George de L'Oyapock*, com três mil habitantes, e a experiência positiva de se viver na/da fronteira:

O casal aproveita o que cada lado da fronteira tem de melhor. Érica prefere pegar o barco e ir ao açougue do lado brasileiro. Para quem ganha em euro, sai muito mais barato. Além disso, a carne é fresca, e no lado francês, congelada. Já o vinho do almoço é um legítimo bordeaux. “Não fico com saudade do Brasil, porque todo dia a gente tem um pouquinho dele”, afirma Érica.

As regiões de fronteiras apresentam múltiplas facetas que só poderão ser desvendadas por meio de um jornalismo investigativo que leve em questão as especificidades dessas regiões e um olhar sobre essas áreas a partir do ponto de vista dos diferentes moradores locais dos dois ou três países fronteiriços. As fronteiras com as nações vizinhas são diversas em seus diferentes territórios. Mais do que procurar rapidamente algo comum entre todas elas, como nas recorrentes práticas e discursos da violência, contrabando e tráfico de drogas e armas, o que considero relevante é descobrir as diferenças, a pluralidade de fronteiras e as múltiplas zonas de contato com os países vizinhos. Essa multiplicidade e heterogeneidade apontam para a experiência singular de um Brasil situado de frente para a América hispânica, inglesa, francesa e de múltiplas sociedades indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: o atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil), *Geopolítica(s)*, Madrid, v. 3, n. 2, p. 185-205, 2012.

AMANTE, Mária de Fátima. *Fronteira e identidade: construção e representação identitárias na raia luso-espanhola*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2007.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.

- CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser e não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *A viagem incompleta: a experiência brasileira 1500-2000. A grande transação*. São Paulo: Sesc/Senac, 2000. p. 285-316.
- CARDIN, Eric G. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Geopolítica(s): revista de estudos sobre espacio y poder*, Madrid, v. 3, p. 207-234, 2012.
- COSTA, Tatiana Alves de C. *O espelho e o bisturi: o jornalismo audiovisual nas reportagens especiais televisivas*. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.
- CUNHA, Luis. Dinâmicas e processos de transformação econômica: do contrabando à indústria de torrefacção de café em Campo Maior. *Etnográfica*, v. X (2), p. 251-262, 2006.
- DA-RIN, Silvio. *Espelho Partido: tradição e transformação do documentário*. Rio de Janeiro: Azougue, 2006.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. vol 2.
- GODOI, Rafael; CASTRO, Sérgio. *Fronteiras abertas: um retrato do abandono da aduana brasileira*. Sindireceita/Gráfica Stephanie, 2011.
- GODINHO, Paula. “Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista”. O concelho de Chaves e a comarca de Verín, entre velhos cotidianos e novas modalidades emblematizantes. In: FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês (Orgs.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola: práticas, memórias e patrimônios*. Lisboa: Nelson de Matos, 2009.
- GARCÍA, Eusebio Medina. Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura com Portugal. In: FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês (Orgs.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola: práticas, memórias e patrimônios*. Lisboa: Nelson de Matos, 2009.
- GRIMSON, Alejandro (Org.). *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La Crujía, 2000.
- FRÁGEIS FRONTEIRAS. Jornal da Noite. TV Bandeirantes. Fábio Panunzio. Exibido de 28 de maio a 1 de junho de 2008. Disponível em: <http://montedo.blogspot.com/2011/12/frageis-fronteiras.html>. Acesso em: 18 dez. 2011.
- FRONTEIRAS: a vulnerabilidade das fronteiras do Brasil. Jornal Nacional. Rede Globo. César Tralli, Robson Cerântulo e Fernando Ferro. Exibido de 30 de maio a 6 de junho de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/12/fronteiras-vulnerabilidade-das-divisas-do-brasil.html>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- FRONTEIRAS DA AMAZÔNIA. Jornal Nacional. Rede Globo. Cristina Serra, Luiz Quilião. Exibido de 10 a 14 de novembro de 2008. Disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,LS0-15457-64606,00.html>. Acesso em: 15 jan. 2012.

- FRONTEIRAS DA AMAZÔNIA: o que você não viu na TV. Rede Globo. Cristina Serra e Luiz Quilão. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/jnespecial/2008/11/14/fronteiras-da-amazonia-o-que-voce-nao-viu-na-tv/>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados* (USP), 21 (61), p. 139-156, 2007.
- _____. Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Revista insight Inteligência*, v. 3, n. 5, p. 12-16, 2002.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP: Papyrus, 2005.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- RABOSI, Fernando. Made in Paraguai. Notas sobre la producción de Ciudad del Este. Papeles del trabajo. Instituto de Altos Estudios Sociales, en Línea, v. 6, p. 7-21, 2010.
- _____. En las calles de Ciudad del Este: una etnografía del comercio en la frontera. *Suplemento Antropológico*, Asunción, v. XLIII, p. 1-282, 2008.
- ROVISCO, Eduarda. “La empresa más grande que tenía el gobierno portugués y el español era el contrabando”. Práticas e discursos sobre o contrabando na raia do concelho de Idanha-a-Nova. In: FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês (Orgs.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola: práticas, memórias e patrimônios*. Lisboa: Nelson de Matos, 2009.
- SAHLINS, Peter. Repensando Boundaries. In: GRIMSON, Alejandro (Org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La Crujía, 2000.
- TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social* (USP), São Paulo, v. 22, p. 39-59, 2010.
- TELLES, Vera. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, p. 97-126, 2009.
- VALCUENDE DEL RÍO, José M. Fronteras y limites: el caso de la Triple Frontera Brasil, Perú y Bolívia. *Punto-e-vírgula*, n. 3, 2008.